

"O racismo estrutural deve ser discutido a partir das profundezas, não das superfícies": entrevista com Dennis de Oliveira

Cláudia Nonato

Jornalista e Doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP. Professora do Centro de Estudo Latino-Americanos de Cultura e Comunicação (CELACC/USP). E-mail: claudia.nonato@alumni.usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5447-9761>.

Edilaine Heleodoro Felix

Jornalista e doutoranda em Ciências da Comunicação na ECA/USP. Professora dos cursos de jornalismo da Universidade Cruzeiro do Sul e do Centro Universitário Belas Artes. E-mail: efelix@usp.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4092-0891>.

Resumo: Dennis de Oliveira é professor há mais de duas décadas na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. É jornalista, doutor em Ciências da Comunicação, e pesquisador das áreas de Jornalismo, Cultura, Movimentos Sociais, Relações Étnico-Raciais e Teorias Decoloniais. Em outubro de 2024, foi habilitado como Professor Titular, quando apresentou uma aula sobre o tema "Mídia, Tecnologia e Diversidade", estruturada no formato de um enredo de escola de samba que lhe rendeu uma nota dez. É coordenador do Centro de Estudos Latino-Americanos de Cultura e Comunicação (CELACC) e autor de diversos livros. Nessa entrevista para a Comunicação & Educação, o docente conta um pouco da sua trajetória como jornalista, professor e pesquisador negro na maior universidade pública do País.

Palavras-chave: Dennis de Oliveira; movimento negro; ECA/USP; jornalismo; racismo estrutural.

Abstract: Dennis de Oliveira has been a professor for more than two decades at the School of Communications and Arts at the University of São Paulo. He is a journalist, with a PhD in Communication Sciences, and a researcher in the areas of Journalism, Culture, Social Movements, Ethnic-Racial Relations and Decolonial Theories. In October 2024, he was qualified as a Full Professor, when he presented a class on the topic "Media, Technology and Diversity", structured in the format of a samba school plot that earned him a ten. He is coordinator of the Center for Latin American Culture and Communication Studies (CELACC) and author of several books. In this interview for Comunicação & Educação, the professor tells a little about his career as a black journalist, professor and researcher at the largest public university in the country.

Keywords: Dennis de Oliveira; black movement; ECA/USP; journalism; structural racism.

Recebido: 11/03/2025

Aprovado: 03/04/2025

1. INTRODUÇÃO



Fonte: Arquivo pessoal.

O ano de 2024 foi especial para o professor Dennis de Oliveira. Em novembro, ele recebeu o Troféu Luiz Gama na categoria “Decano do jornalismo”, ao lado de Valdice Gomes (FENAJ). Em abril, ganhou o prêmio “Personalidade destaque no ensino de jornalismo”, concedido pela Associação Brasileira de Estudos de Jornalismo, somando-se aos prêmios que recebeu em anos anteriores. Ainda em 2024, defendeu a titularidade na Universidade de São Paulo, tornando-se Professor Titular do curso de Jornalismo, da área “Jornalismo e Interfaces Sociais”, com a aula de erudição intitulada “Novas configurações da esfera pública” e “Diversidade étnico-racial”. Dennis sempre faz questão de trazer as tradições para a universidade. Por isso, fez a apresentação em forma de enredo de escola de samba.

Comunicação & Educação: Ao se tornar professor titular na USP e receber todos esses prêmios, você representa uma série de intelectuais negros e negras que lutaram para chegar até ali. Como você se vê nesse papel?

Dennis de Oliveira: Eu acho que toda conquista individual que a gente tem — eu tenho essa visão — é sempre coletiva. Porque, se não fosse com o apoio de muita gente, primeiro da minha família — a minha mãe e meus irmãos foram à minha premiação e ficaram muito emocionados. Acho muito

1. Processo manual que consiste no cortar e colar textos, imagens e letras em uma folha de *layout*. Essa folha é fotografada para produzir chapas de impressão.

2. A 1ª Exposição Internacional de histórias em quadrinhos foi realizada entre 19 de junho e 2 de julho de 1951, no Centro Cultura e Progresso em São Paulo. Foi idealizada por Álvaro de Moya, Jayme Cortez, Syllas Roberg, Reinaldo de Oliveira e Miguel Pentead. A exposição trouxe debates e reflexões para a valorização das histórias em quadrinhos no País.

legal, porque passa um filme na nossa cabeça. Lembro da surra que meu pai me dava para poder estudar, exigente, sempre. E todo o esforço. Eu tive um privilégio, porque a minha família sempre teve muito acesso a livros. Meu pai era produtor gráfico e trabalhou em jornais também. Trabalhou com jornalismo. Ele dizia que era jornalista e gráfico. Não tinha formação em jornalismo, mas fazia todo o design, a diagramação, o *paste-up*¹ dos jornais. Ele trabalhou em grandes jornais, como o “Última Hora”, a “Folha de S. Paulo” e “O Estado de S. Paulo”. Meu pai trabalhava durante a noite nos jornais e tinha uma paixão: histórias em quadrinhos, gibis. Aquela exposição que teve em 1951, a “Exposição Internacional de Histórias em Quadrinhos”², ele participou, foi um dos organizadores, junto com Álvaro Moya. Foi até homenageado no evento que teve aqui na ECA.

C&E: Qual que era o nome do seu pai?

DO: Reinaldo de Oliveira. Ele tem um artigo no livro *Shazam*, de Álvaro Moya, sobre como funciona o sistema de impressão: *offset*, rotativa. Porque a paixão dele era essa. Ele levava muito serviço para casa, trabalhava à noite e fazia alguns bicos em pequenas editoras para fazer desenhos. Havia histórias em quadrinhos que vinham de fora do Brasil, e ele tinha que traduzir os balões. Meu pai desenhava o balão com caneta nanquim, pincel, uma coisa artística. Era um artista. Fazia tudo manual, em casa, ganhava uma grana com isso. Como ele fazia serviço para produção gráfica, principalmente de originais, ele chegou a trabalhar para algumas editoras grandes, então ele arrumava livros de graça para a gente. Na escola, por exemplo, todos nós — eu e meus cinco irmãos — tínhamos livros gratuitos. Meu pai fazia questão de que a gente lesse bastante, dava livros de presente de Natal. Ele era aficionado pela leitura, por essa produção cultural e tudo mais. Acho que teve uma frustração, porque ele não conseguiu estudar, tinha essa obsessão dele com a faculdade, para que a gente estudasse. Então, esse ambiente que eu tive em casa, com essa família de trabalhadores, uma família negra, foi muito importante para mim, para minha formação. E isso me impulsionou para a universidade. Tudo que eu tenho hoje é muito em função também desse esforço. Imagina meu pai trabalhando 14, 15 horas por dia para poder ter livros em casa, para os filhos poderem estudar. É um absurdo. O certo é todo mundo ter, isso é direito de todo mundo. Minha mãe era costureira, meus irmãos trabalhavam e eu também, sempre trabalhei desde cedo. Também tive apoio dos meus colegas na escola primária, lá no Brás. Na faculdade, os trabalhos que eu fiz junto com outras pessoas. E os meus colegas do movimento social. Eu falei no discurso, quando eu recebi o troféu Luiz Gama, que, se hoje a gente tem prêmio para jornalistas negros — você tem razão, não é muita gente, mas já tem um número bom de pessoas que a gente pode escolher entre os melhores [risadas], dá para ter escolhas hoje —, é porque muita gente batalhou para isso: para a ação afirmativa, para a cota racial, para esse debate da diversidade. Daí você consegue hoje fazer um evento

sobre isso, com patrocínio de empresas, algumas um pouco mais sensibilizadas com a questão da diversidade. Tudo isso é fruto coletivo. Ao mesmo tempo que eu fico muito lisonjeado com o prêmio, pelo reconhecimento, tenho também essa responsabilidade. Isso se deve ao esforço coletivo e espero que estimule mais e mais pessoas a entrarem na área de jornalismo, de comunicação, a estudarem. Acho que esse é o compromisso que a gente tem.

C&E: Em algum desses momentos a sua trajetória foi solitária por você ser a única pessoa negra nesses ambientes?

DO: Foi... Aqui na universidade. Isso eu até coloquei no Memorial de Titular. Por exemplo, minha turma de graduação tinha 85 alunos quando a gente entrou aqui. Porque o curso de Comunicação era todo mundo junto. O primeiro ano era básico e, depois, no segundo ano, a gente fazia a opção pela habilitação. No ano seguinte, começou a separar o vestibular para cada habilitação, em 1983. Eu fiz o último ano em que era tudo junto. Então, tinha várias disciplinas que a gente fazia junto, que eram o básico. E, de 85 alunos, para você ter uma ideia, lembro que eram nove ou dez alunos, colegas meus, que vieram do (Colégio) Bandeirantes; eles eram amigos já, então vieram para cá juntos. Outros tantos eram do Colégio Rosário, essa era a pegada. Acho que apenas três ou quatro, no máximo, eram de escola pública — eu e mais dois ou três —, negro só tinha eu. Então você fica sozinho mesmo. Teve um episódio na graduação — eu sempre falo isso —, foi muito engraçado. Eu ia muito, nessa época, anos 1980, aos bailes da Chic Show³, eu e minhas irmãs. Minha rotina era, no domingo, ir ao baile do São Paulo Chic, ali na Barra Funda, na época do *funk groove*. Era Jimmy “Bo” Horne, James Brown, Kool & the Gang, aquela outra banda, Earth, Wind & Fire — eu era apaixonado por essa turma toda. Eu ainda sou “fanzão” (risadas). Usava cabelo *black power* — naquela época eu tinha cabelo, tive cabelão. Cheguei lá na universidade com a camiseta dos Jackson 5, cheguei para a aula todo “bambambã”. A galera tirou sarro! “Que coisa ridícula”. Você fica mal para caramba. Você não tinha com quem partilhar, o pessoal curtiava outras músicas, outros gostos.

C&E: Interessante, porque se fosse hoje a camiseta seria elogiada...

DO: Sim, hoje é legal! Então... É bem complicado. A galera tinha carro, e eu, de ônibus. A USP era terrível nos anos 80. Se hoje já é ruim, naquela época, então... Você não tinha ônibus, não tinha metrô. À noite era péssimo, não funcionava o serviço, era muito complicado. Sem contar que a universidade tem um grau de exigência muito grande. Eu trabalhava, e para quem trabalha e estuda é muito difícil. O grau de exigência era muito alto, eu perdia algumas disciplinas e não conseguia dar conta. Naquela época, ainda abriam alguns laboratórios de sábado até o meio-dia. A produção laboratorial também exigia uma dedicação fora da aula que eu não tinha condições de fazer, e tive que rebolar. Fazia de sábado e domingo. Chega uma hora em que você quer

3. Festa *black* que surge na noite paulistana, na década de 1970, na quadra da Sociedade Esportiva Palmeiras. Criada por Luiz Alberto da Silva, o Luizão, os bailes da Chic Show foram importantes para criar uma cena *black* paulistana. A Chic Show começou a funcionar como equipe no salão da Cooperativa do Carvão, na zona oeste de São Paulo. Depois passou pela Mansão Azul, no Jabaquara, e consagrou-se no São Paulo Chic, na rua Brigadeiro Galvão. Aos domingos, o baile da Chic Show reunia quase dois mil dançarinos.

largar tudo. Lembro que eu estava no segundo ou terceiro ano e falei para a minha mãe: "Mãe, vou largar tudo. Cansei, vou parar". Meu pai estava também. Meu pai falou um negócio muito bacana para mim: "Você tem que fazer da faculdade seu projeto, não se iluda". E essa frase dele, que até hoje eu uso. Só se frustra quem se ilude. Não quer se frustrar, não se iluda. É isso, tem que fazer para tentar suas coisas, não liga para os outros. E minha mãe também disse algo sobre "o esforço que a gente fez para você estar lá". Aí eu toquei as coisas. O que me salvou um pouquinho foi que eu me engajei no movimento estudantil. Foi nos anos 80, quando consegui encontrar uma sociabilidade mínima. Eu participei do Diretório Central dos Estudantes da USP, fui diretor da União Estadual dos Estudantes (UEE). Fui militante do PCdoB naquela época, numa corrente chamada Viração, que depois tornou-se a União da Juventude Socialista. Mas, mesmo sendo do movimento estudantil, os participantes que tinham eram bem complicados, muito elitizados. Não era tão tranquilo assim também, fui logo percebendo... Embora tivesse até um acolhimento, era até a página 2. Certas questões que eu colocava não eram bem tratadas. Mas no movimento estudantil eu conheci outras pessoas negras que estavam na faculdade, que tinham algo semelhante a mim. Um deles, por exemplo, é o Carlos Alberto, o Carlão, que fazia Jornalismo na Metodista, nos anos 80. Foi presidente da UEE e está em Salvador atualmente, um grande amigo, muito bacana. Conheci um pessoal da PUC São Paulo, a gente se encontrava sempre no Riviera⁴ à noite, depois das aulas. Eu ia muito ao JBSambar, aqui na saída da USP, e também no Rei das Batidas. Então eu consegui ter o mínimo de sociabilidade dessa forma. Para vocês terem uma ideia, nunca namorei ninguém aqui da USP. Todas as minhas namoradas foram fora daqui: do baile, do bairro. Nunca tive uma relação mais próxima aqui.

C&E: Hoje você atua, pesquisa nas áreas de comunicação, cultura, movimentos sociais, relações étnico-raciais, teorias decoloniais. Você acha que houve avanços nos projetos de pesquisa sobre esses temas, tanto na graduação quanto na pós-graduação?

DO: Teve, teve avanço, sim. Eu acho que o tema da diversidade cresceu bastante nos últimos tempos na comunicação. É um tema que está em voga ultimamente, particularmente em função do próprio avanço da pauta da ação afirmativa. Isso contaminou o campo da comunicação e a discussão interna aqui na universidade, a partir da entrada das cotas raciais na USP. Com esse debate, os alunos negros e negras começaram a se colocar de forma mais incisiva nos últimos tempos. E hoje a universidade está caminhando até para institucionalizar. A Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento da Universidade de São Paulo, as comissões de inclusão e pertencimento têm até acolhido mais esse debate. O próprio fato do concurso que eu fiz para Titular ter como tema a diversidade foi bem interessante. Abriu uma linha de pesquisa aqui no departamento sobre isso, foi bem bacana. Agora a questão que se coloca é a

4. Tradicional bar da cidade de São Paulo, localizado na Avenida Paulista.

seguinte: como se trata disso? Por que o debate agora, como você vai discutir esse tema? Porque você pode tratar de diversas formas. Eu tenho uma visão, por exemplo, de que, quando você vai discutir racismo, racismo estrutural, você tem que ir às profundezas, nos fundamentos da sociedade, não pegar nas superfícies. E, ultimamente, o que eu percebo — o Eric Hobsbawm fala muito disso — é uma tendência da gente presentificar muito as análises, perdendo a dimensão histórica e de perspectiva futura. E, quando você observa que essa presentificação leva você a pensar o racismo estrutural somente nas suas manifestações que acontecem cotidianamente — são importantes, é claro, denunciar —, mas o que é importante é você ver de que forma acontece. Entender por que acontece, não só pontuar. Eu vejo isso muito acontecendo ultimamente porque, de repente, pessoas brancas que nunca se tocaram de que existia isso, passaram a se impactar. Porque, para nós, isso é uma coisa que faz parte da nossa história e não tem espanto nenhum — acontece mesmo. Mas é bom que se impactem com isso. É interessante ver quais são os fundamentos históricos disso; a gente precisa recontar o Brasil, recontar para o pessoal do Brasil. A dificuldade de recontar a nossa história a partir dos fundamentos do racismo decorre de que a visão que nós temos, epistemológica, é ainda muito eurocêntrica. Por isso que eu girei para os decoloniais, embora tenha algumas divergências com alguns decoloniais — nem todos me encantam. Mas acho importante você ter outra epistemologia, uma outra perspectiva epistêmica que seja fundada um pouco nas nossas raízes históricas, nossas particularidades. E o que a gente tem discutido, o que eu tenho discutido particularmente, é sobre nós pensarmos quais são os fundamentos dessa modernidade que dá as bases para a sociedade democrática, liberal, para essa concepção de sujeito que nós temos, para a concepção de conhecimento e jornalismo. Jornalismo é uma atividade da modernidade, é de esfera pública. Essa modernidade sempre aparece como um grande ápice do crescimento da humanidade — é quando o ser humano rompe uma visão teocêntrica, com o período das trevas na Idade Média. Só que o Brasil não teve Idade Média. O Brasil não passou, a América Latina não passou por isso, e o que se chama de modernidade chega aqui de uma forma absurdamente opressiva. Tem uma frase do poeta cubano Alejo Carpentier, que eu gosto muito, que fala que nas Américas a modernidade chegou com a força. Porque é isso a modernidade. E, quando você vai observar que, quando os povos da América Latina tentam construir projetos que têm alguns fundamentos dessa ideia de liberdade, de modernidade clássica — quando é protagonizado por povos daqui —, eles são brutalmente reprimidos. O exemplo maior disso é a Revolução Haitiana. A Revolução Haitiana é uma revolução liderada por ex-escravizados negros haitianos, que tinham como objetivo construir uma sociedade liberal nos princípios da modernidade francesa. O que a França faz? Brutalmente reprime e, até hoje, paga-se o preço dessa ousadia no Haiti. O mesmo aconteceu com a Conjuração Baiana, em 1798, aqui no Brasil,

que ficou esquecida. Lembra-se muito da Inconfidência Mineira, liderada por intelectuais brancos, e a Baiana, liderada por pessoas negras, não.

C&E: Tem até feriado para a Conjuração Mineira.

DO: É, feriado, tudo isso, mas ninguém lembra dos nomes dos líderes do movimento na Bahia⁵. Nem isso. Então, acho que esses exemplos são interessantes para mostrar o seguinte: você tem uma ideia de modernidade que é eurocêntrica e que só tem valor quando é protagonizada por pessoas brancas. E isso ocorre tanto em processos políticos — os exemplos das Inconfidências são bem interessantes — como também se expressa, por exemplo, quando você normaliza ter um país com 58% da população negra e ter que brigar enormemente para que esse percentual não esteja também na universidade, no Supremo Tribunal Federal, no Congresso Nacional, nos espaços políticos, no jornalismo. Você tem que ficar brigando para que isso aconteça, quando deveria ser algo natural — e não acontece. Teve uma vez um episódio interessante aqui na USP. Eu estava com a professora Eunice Prudente, a gente estava reconstruindo o Núcleo de Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro (Neinb) da USP e escrevemos um projeto de reconstrução. Faz muito tempo isso, eu estava entrando na universidade, o Neinb estava com um problema para renovar o projeto de pesquisa. A gente escreveu e fomos, a Eunice e eu, conversar com um assessor da Pró-Reitoria de Pesquisa da USP sobre esse assunto. Ele nos recebeu muito simpaticamente, pegou o projeto, disse que ia encaminhar e que era muito sensível à causa que a gente estava defendendo, porque era uma pessoa descendente de judeus que sofreram os horrores do Holocausto na Alemanha. E falou mais ou menos assim: “Meus pais passaram por um período muito complicado, sou sensível a isso e a gente vai dar uma força para acontecer”. Saindo de lá, eu comentei com a professora Eunice: “A gente está no Brasil e tem que pedir para uma pessoa que é filha de judeus para dizer que a questão racial negra é importante”. Vamos imaginar o inverso: que fossem judeus, na Universidade de Tel Aviv, para discutir se é importante ou não a questão judaica com um reitor negro. Não aconteceria um negócio desses, mas a gente normaliza isso. Nós normalizamos situações como essa. Mas é essa a ideia, porque as estruturas da modernidade — que incluem a educação, a universidade, o conhecimento, os sistemas de poder, o jornalismo — são brancos na sua normatividade. E é esse racismo que a gente tem que pegar. O racismo não é só o comportamento preconceituoso e imediato, embora esse seja o mais perceptível e o mais fácil de verificar, o mais enunciado hoje, mas ele está nas estruturas. E isso é o elemento central do racismo estrutural. Então, a gente tem que repensar como isso foi construído, pensar como é que se enfrenta uma situação que é muito mais complexa do que a gente imagina.

C&E: Nós gostaríamos de falar um pouco sobre outro assunto que te motiva como professor. Como você chegou ao *Notícias do Jardim São Remo*⁶?

5. Nome dos líderes da Conjuração Bahiana ou “Revolta dos Búzios”; Luiz Gonzaga das Virgens, Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos e João de Deus Nascimento. Todos foram enforcados e esquarterados em 8 de novembro de 1799.

6. O jornal *Notícias do Jardim São Remo* é um jornal impresso, produzido pelos alunos do primeiro ano de Jornalismo da ECA/USP como atividade laboratorial obrigatória. É um projeto de extensão coordenado pelos professores Dennis de Oliveira e Luciano Guimarães.

DO: Eu fiz o concurso aqui na ECA em 2003. O professor Manuel Carlos Chaparro criou o jornal em 1994, e, quando se aposentou, em 2001, quem ficou no lugar dele foi o Leonardo Sakamoto. Mas o Sakamoto era professor convidado porque não tinha concluído o mestrado, e ficou só um tempo. Foi ele quem fez a passagem de um jornal-mural para um jornal impresso distribuído. O Sakamoto entrou e o jornal passou a ser impresso e distribuído na comunidade. Depois, acabou o contrato dele, abriu concurso para essa disciplina e eu fiz, mas nem imaginava que era assim. Não imaginava que era essa produção. Achei interessante, porque eu já trabalhei em jornais comunitários e em jornais da área sindical. A minha carreira profissional como jornalista foi muito nessa área de movimentos sociais. Eu terminei o curso e fui trabalhar nos sindicatos dos químicos, fiz jornais para movimentos populares, trabalhei muito nessa área. Embora tenha trabalhado pontualmente também em revistas — trabalhei na (Editora) Abril por pouco tempo, fiz estágio na (TV) Bandeirantes também —, o grosso do meu trabalho foi nessa área de movimentos sociais. Então, achei interessante e comecei a entrar em contato com o pessoal da comunidade. Mas havia alguns problemas. Por exemplo, a concepção inicial era de um jornal de bairro. O Chaparro trabalhou muito em jornal de bairro, e o jornal de bairro é aquele que trabalha mais as questões locais, com pouca diferença ideológica em relação aos jornais da grande imprensa. E a ideia que a gente trabalhou foi a de verificar como é essa comunidade que tem uma relação de amor e ódio com a USP, que tem um vínculo com a universidade porque ela foi formada a partir da construção do campus, dos operários do campus. Em um momento — quando não tinha os muros no campus —, os moradores entravam e saíam livremente. Há muitos que trabalham aqui na universidade. A comunidade teve uma relação muito próxima, mas, desde que os muros foram construídos, os conflitos com a universidade se acirraram, ampliando muito essa relação mais conflituosa com a USP. A universidade tenta fazer uns projetos, mas são muito como laboratório da universidade, e o Chaparro quis quebrar um pouco esse tipo de coisa. Falou: “Vamos com o jornal, para que a gente tenha uma relação um pouco mais dialógica, embora eu nunca ache que vá ser possível totalmente dialógica, mas minimamente mais próxima dessa comunidade”. A gente foi fazendo isso e fui percebendo que havia uma discussão que era muito comum e até gerava críticas no *Jornal São Remo*: “Jornal comunitário é quando a comunidade mesmo faz”. No começo até tentei criar uns canais de participação mais efetivos com o pessoal de lá. Nós criamos canais, como caixas de correspondência, reuniões de pauta abertas, mas o pessoal não vinha, não estava nem aí. E fui vendo, com o tempo, a percepção — foi bem empírico isso —, percebemos que eles queriam que a gente fizesse o jornal mesmo e que fosse lá, porque isso dava um prestígio para eles: “O jornal que a USP faz, distribui aqui, e a gente é importante”.

C&E: Alguém chegou a falar isso diretamente?

DO: Eles falaram assim. Uma mulher falou isso, e uma vez eu estava distribuindo o jornal na comunidade, em um dia de semana, no fim da tarde. Tinha um bar — acho que não tem mais — bem no final da rua que dá na Corifeu (Avenida Corifeu de Azevedo Marques), que era um bar só de mulheres. A dona era uma mulher, e só tinha mulher lá, jogando bilhar, tomando cerveja, um barato! Achei muito legal. Eu fui à tarde, havia duas mulheres sentadas, conversando, e eu entreguei o jornal para ela. Uma das duas falou: “O que é isso que você está me dando?”, e eu falei: “O jornal da São Remo”. A amiga dela completou: “É da nossa comunidade. Não liga não, ela não é daqui. Ela é de Paraisópolis. Paraisópolis é uma favelinha lá que a Globo faz novela. A gente, não, é o jornal que a USP faz [risadas], a gente é mais importante”.

C&E: É o orgulho de pertencer.

DO: Orgulho, é. A dela é a novelinha da Globo, a nossa é jornal da USP [risadas]. Uma chancela. Elas falavam da autoestima, que elas vão brigar lá com a prefeitura. É uma comunidade muito organizada. Teve um projeto do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP, com patrocínio da (Fundação) Tide Setúbal, para fazer um censo das comunidades no entorno dos *campi* da universidade. Pegamos o Jardim São Remo e o Jardim Keralux, que é próximo à USP Leste. E o interessante: o Keralux é mais conflituoso com a USP Leste. Interessantíssimo, bem mais conflituoso, tem muito mais críticas à USP Leste do que aqui. E eles criticam muitas coisas, falam que a USP encareceu a região, inflacionou o preço do comércio local. Atrapalha para pegar o trem, que tem que passar pelo *campus* e mostrar identificação, muitas críticas à USP, bem mais do que no Butantã. Aqui tem críticas também, mas tem o Hospital Universitário, que atendia a comunidade, clínica odontológica. E tem uns que acham que é um parque, que as pessoas estão aqui para empinar pipa, tem alguns que trabalham aqui. A gente perguntou: “O que vocês fazem nas horas vagas?”. O número de pessoas que leem é grande. Não sei o percentual exatamente, não é a maioria, é evidente, mas é muito maior do que a gente esperava de uma comunidade periférica. A gente creditou isso ao jornal e à igreja evangélica, porque tem o pessoal que lê a Bíblia, né? É interessante isso. A importância de se ver no jornal. E uma coisa que a gente percebeu: como ainda é importante o jornal impresso. A gente já tentou mudar para on-line, mas ninguém acessa. Primeiro por conta do acesso à internet da população, que é 4G, são aqueles pacotes limitados por bytes. Então a pessoa usa o celular, o 4G, para pegar o WhatsApp, o Facebook, que são liberados. Ela não vai entrar lá, teclar o “www”, não vai fazer isso, não faz. Vai pegar o aplicativo para jogar. Agora o impresso, não. O impresso a pessoa até guarda o jornal, é um documento, dá uma certa importância, é papel. Papel, ela guarda. Tem gente que faz coleção de jornal. Guarda e fala: “Olha, apareci dez anos atrás”. Você encontra pessoas que fazem isso. Eles têm esse perfil. E fui percebendo que há outro tipo de relação possível entre a universidade e a comunidade que

o jornal pode construir. Agora, para mim, por exemplo, o Jornal do Jardim São Remo é muito mais para os alunos aprenderem.

C&E: E como é essa experiência para os alunos da ECA?

DO: A gente percebeu que, ao invés de pensar, primeiramente, em uma experiência de jornal de bairro, local, como foi pensado anteriormente — aqueles jornais de bairro estão acabando hoje, poucos estão funcionando —, eu vejo muito mais a ideia de ampliar a pauta no jornalismo em geral. Isso foi um pouco objeto de discussão na minha livre-docência, quando eu discuti as ideias de Paulo Freire no jornalismo⁷. Nessa discussão, eu utilizo aquele conceito da “Cultura do silêncio”, do Paulo Freire, que o jornalista silencia algumas vozes, silencia algumas fontes. A partir do momento em que ele vai se restringir a um número de fontes mais oficiais, mais do *mainstream*, ele está silenciando grande parte da população. Inclusive, é um elemento legal para essa discussão racial. É um debate que a gente tem feito mais recentemente. E, quando a gente vai para a São Remo, o que eu coloco para os alunos é: “Olha, é uma experiência legal para vocês pensarem como se amplia a sua agenda de pautas e de fontes”. Por exemplo, se você vai discutir o aumento da taxa de juros da Selic, como aconteceu agora, tradicionalmente o jornalismo vai pegar o quê? Os economistas que são ligados ao mercado financeiro, empresários etc. Só que o aumento de juros da Selic afeta também a pessoa que tem um financiamento nas Casas Bahia, a pessoa que está pretendendo comprar uma casa própria, todo mundo. Sei lá, que tem um negocinho, um comércio, e essa pessoa não é ouvida. Está agora essa discussão do Benefício de Prestação Continuada⁸ (BPC) — acho o fim da picada ter que cortar o BPC. Algum jornalista ouviu a opinião de quem recebe o BPC sobre isso? Ninguém ouviu, é impressionante. A pessoa que depende do salarinho para manter a família, não tem a opinião dessas pessoas, não existem, elas são apenas custo. E, quando a gente vai observar que há esses silenciamentos, o jornal da São Remo é uma experiência de romper essas barreiras, e até de despertar nos alunos de jornalismo a perspectiva de ampliar as fontes e ter essa perspectiva de romper os silenciamentos que o jornalismo coloca.

C&E: É um campo desconhecido para eles. E onde são feitas as reuniões de pauta? Na própria comunidade?

DO: Sim, porque tem uma coisa muito complicada que os alunos estão sentindo na pele agora. O pessoal da São Remo não aceita dar entrevista por telefone, nem por celular, nem por WhatsApp. Tem que ir lá, porque eles não confiam. “Quem está mandando mensagem para mim?” Querem ver a pessoa, porque a relação é pessoal.

C&E: Temos a sensação de que a São Remo é um microcosmo, porque eles estão criticando as *fake news*.

7. Publicado como “Jornalismo e emancipação: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire” (Editora Appris, 2017).

8. O BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, é a garantia de um salário-mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

“O racismo estrutural deve ser discutido a partir das profundezas,
não das superfícies”: entrevista com Dennis de Oliveira

• Cláudia Nonato e Edilaine Heleodoro Felix

DO: Exato. Uma coisa é um deputado ter uma assessoria de imprensa, está acostumado. Agora uma pessoa que está em casa, vai ser entrevistada, por que está mandando WhatsApp? Não! Vem aqui falar comigo. Até como valorização mesmo. Tem que ir lá, não adianta. Você usa o WhatsApp para marcar, mas tem que ir à casa dela, tomar um cafezinho, conversar.

C&E: E por que vocês sentiram a necessidade de criar um manual de redação para o jornal *Notícias do Jardim São Remo*?

DO: Nós fizemos o manual de redação do São Remo. A gente também criou um portal, *Central Periférica*, na época da pandemia de covid, quando as aulas eram on-line, e não foi possível fazer o jornal da São Remo, que ficou um ano parado. Como era laboratório, a gente criou esse portal com notícias das periferias, porque o pessoal estava espalhado pelo Brasil afora — tinha gente até de fora do Estado de São Paulo. E qual era a ideia? Que cada um fizesse notícias de bairros periféricos próximos de onde residia. Eles produziam e faziam o portal. Quando voltou a aula presencial, nós mantivemos o portal até como laboratório inicial, produção de matérias mais rápidas e tal, e o *São Remo* se manteve como um jornal que já tem uma posição um pouco mais elaborada. Então, a gente fez o manual de redação dos dois veículos. Nós vamos deixá-lo disponível na internet, para qualquer pessoa acessar. Nós imprimimos uma quantidade pequena para deixar na biblioteca, para alguns alunos. O acesso será livre.

C&E: Ao longo da carreira, você apresentou o programa *Farofa Crítica*, participa do portal Fórum, tem o programa *Ação Negra*, fez o *Café Filosófico*, esteve na bancada do *Roda Viva*, tem *podcast*, vídeos no Instagram. Qual é a sua relação com as redes sociais? Você acha que esse movimento é educador?

DO: Depende, pode ser, né? [risadas]. Não necessariamente. Tento ser, mas isso foi muito mais levado pelas circunstâncias. Eu não sou uma pessoa muito afeita à rede social, *influencer*. Eu, por exemplo, não conheço, não domino muitas técnicas e tenho dificuldade de entender um pouco umas técnicas de *clickbait*⁹, de SEO¹⁰, não sei. Isso, tem um pessoal que me ajuda a fazer, uma turma que está mais antenada. As circunstâncias foram me levando um pouco, foram me convidando, fui fazendo. O *Farofa Crítica* foi assim, como se fosse uma brincadeira. Primeiro o nome, foi engraçadíssimo. Eu estava em casa, gosto de cozinhar — essa é uma das minhas paixões —, e fiz um prato, uma farofa cítrica, que aprendi em uma receita, em que a base é um suco cítrico, de limão e laranja, e fica uma farofa com um gosto azedinho. Daí eu coloquei no meu Facebook: “Ah, fiz uma receita aqui, farofa cítrica”, e um ex-orientando meu, que agora está formado, o Babel (Babel Hajjar), falou: “Farofa crítica? O que é isso?”, e eu disse: “Não, cítrica, cara”. “Ah, cítrica! Mas é um nome legal para um programa”. Depois, eu estava na chefia do departamento, e o Alexandre Gennari, aqui do laboratório, falou: “Vamos fazer um programa aqui

9. Tática usada na internet para gerar tráfego on-line por meio de conteúdos enganosos ou sensacionalistas. Também chamado de “caça-clique”, esse termo refere-se também à quebra de expectativa por parte do usuário que foi “fisgado” por essa isca de cliques.

10. Sigla para *search engine optimization*, que significa “otimização para motores de busca”. É uma estratégia de marketing digital que visa melhorar o posicionamento de um site nos resultados de busca.

no laboratório, que está meio ocioso”, e eu falei: “Tá bom. Que tal chamar *Farofa Crítica*?” “Pô, legal esse nome”, e foi! A gente começou a fazer, entrevistando algumas pessoas. Se você pegar os programas iniciais, estão horríveis. Eu sou muito ruim em televisão, sou péssimo de gravar, fico nervoso. Com o tempo, eu fui descontraindo um pouco mais e pegando o jeito. Mas eu parei com o *Farofa Crítica*, é muita coisa com pouco tempo [risadas].

C&E: E as outras redes, como o Instagram?

DO: É, o Instagram, na verdade, é uma aluna que está ajudando, está fazendo as postagens, né? Tem uma bolsista minha que está cuidando disso. E o *Ação Negra na Fórum* é um programa que a gente montou com o pessoal do movimento negro. Então, alguns colegas meus, o Juninho (Joselício Junior), o Fábio (Fábio Nogueira, professor da Uneb-Bahia), Danilo (Danilo Benedicto), a Tatiana Oliveira, Tâmara Pacheco, a gente montou uma rede. Primeiro, a gente montou uma rede de intelectuais, de marxismo negro, porque a gente estava discutindo a questão do Clóvis Moura, as obras de intelectuais negros marxistas pouco conhecidos, e, a partir daí, a gente quis fazer um programa. O Renato Rovai, da *Revista Fórum* — eu fui da banca dele, somos amigos —, me convidou já há um tempo para montar um programa, me liberou o horário de sábado, e a gente começou a fazer esse programa aos sábados.

C&E: Qual dessas mídias você gosta mais?

DO: Eu gosto de impresso. Eu sou do impresso, eu sou do texto. Eu gosto de ler jornal, eu assino jornal impresso ainda, eu gosto de leitura, é paixão minha, sou incorrigível.

C&E: Você escreveu os livros *Jornalismo e Emancipação* (2017); *Jornalismo e os dilemas da sociedade da inflação de informações* (2018); *Iniciação ao ensino de jornalismo* (2020); *Racismo estrutural* (2021); *Periferias insurgentes* (2021) também. Essa sequência nos dá a impressão de ser temática. É isso mesmo?

DO: É. O *Periferias Insurgentes* foi produto de uma pesquisa coletiva do IEA, do Programa do Ano Sabático. Eu tenho estudado muito isso: esses coletivos periféricos de comunicação, de cultura. É uma coisa que me encanta bastante. Desde 2014, 2015, eu tenho estudado essas questões, porque eu vejo que ali, geralmente, é outra forma de organização da sociedade, como estão utilizando as tecnologias de informação e comunicação. A minha companheira, Eliete Barbosa, estuda as mulheres negras nas periferias. O livro dela, inclusive, é sobre isso: *Negras Lideranças*. Tanto o mestrado como o doutorado dela foram sobre isso, e a gente até conversa muito sobre o tema. É que as mulheres negras criam redes, sempre criaram redes. De que forma? Elas vão para os espaços, para o público, a saúde ou educação, o que for, porque o machismo as obriga a

cuidar da família. Aí ela encontra outra mulher negra também e junta, outra, e outra, e outra. Vão se juntando, vão descobrindo coisas em comum e vão brigando. Tanto é que — isso é interessante, entra para o jornalismo, percebi isso depois, a partir dessa leitura dela — quando você pega o (telejornal) *Bom Dia São Paulo*, tem aquelas reportagens de reclamações da periferia, de falta de água e tal, e é só mulher que está reclamando, pode ver. Sempre mulher. Qualquer movimento de periferia, é a mulher que está à frente. E na São Remo também, só mulherada. É impressionante isso, porque, quando você vai subindo na escala para chegar ao poder, vai masculinizando. Então você tem, assim, na base, mulheres — mulheres negras, na sua maior parte —, mas, quando chega no topo...

C&E: Nas lideranças?

DO: É. Pega o Guilherme Boulos, líder do MTST, um homem branco. Pega a base das ocupações: tudo mulher negra. As cozinhas solidárias: só mulheres negras. São mulheres que organizam os movimentos de ocupação de moradias, fazem a comida, cuidam das crianças. E a Eliete comentou que, por exemplo, até quando vai ter uma passeata, um protesto em frente à prefeitura, quem vai organizar o ônibus, o lanche? Elas que vão organizar, pegar o pessoal, pegar o nome, estão à frente de tudo.

C&E: De volta à sequência dos seus livros, vimos que você sempre parte do jornalismo para as bordas em suas temáticas. Para a questão racial, periférica, da população. E quais são as outras questões que te afetam e que poderiam se transformar em um futuro livro?

DO: Eu estou escrevendo um livro chamado *Ação direta do capital*. Já estou na metade, era para terminar no final do ano, mas não vai dar tempo. Eu iniciei esse debate com o *Racismo Estrutural*, cuja ideia é a seguinte: é um esvaziamento das estruturas de intermediação política. Você tem grandes conglomerados de capital que vão decidindo, *a priori*, sem nenhum tipo de mediação, de debate, e eu estou escrevendo muito sobre isso. Pega, por exemplo, o caso do Uber. O Uber chegou aqui no Brasil e não tinha nenhuma regulamentação desse transporte por aplicativo, então você corre atrás de uma coisa já colocada de fato. Isso vem acontecendo há muito tempo, pega a questão do capital financeiro, os transgênicos... Você tem um grupo de corporações que está definindo o que tem que fazer, o que tem que ser, vão impondo padrões de sociabilidade, e os poderes institucionais são muito fragilizados, não conseguem dar conta e correm atrás de algo já colocado.

C&E: Você foi testemunha de muitas lutas, grandes conquistas, seja pela política de cotas, ou por questões econômicas da população. Recentemente, você comentou, em uma entrevista, que estão surgindo várias críticas ao chamado “identitarismo”, às chamadas “pautas identitárias”, vindas não só

da direita, mas até da Academia. No mundo do trabalho, por exemplo, há uma discussão em torno da diversidade, que foi conquistada há pouquíssimo tempo e já está sendo deixada de lado pelas empresas norte-americanas, que estão encerrando os programas DEI (Diversidade, Equidade e Inclusão) a mando do presidente Donald Trump. A que você atribui essa mudança de pauta?

DO: Os Estados Unidos estão passando por uma fase, eles estavam no *color blindness*... São várias questões. Primeiro, que eu tenho colocado há muito tempo: a gente tem que entender as diferenças entre Estados Unidos e Brasil.

C&E: Sim, mas depois essas questões chegarão aqui.

DO: Sim, por influências. Mas até a fórmula da agenda antirracista dos Estados Unidos que chega aqui não responde aos nossos dilemas. Não responde porque, primeiro, a população negra dos Estados Unidos é 15%; aqui, é 58%. Segundo, até historicamente falando, a escravidão nos Estados Unidos foi residual, foi na parte mais atrasada da economia colonial dos Estados Unidos, que é o Sul; e aqui foi central na economia colonial. E terceiro, havia um projeto nacional nos Estados Unidos que libertou a população escravizada — o Norte contra o Sul — por meio da Guerra Civil. Então, o projeto capitalista norte-americano, quando foi construído no século 18, século 19, ele, precisava acabar com a escravidão, e depois, nos anos 60, no auge do crescimento dos Estados Unidos, da economia norte-americana, interessava, naquele momento, para alguns setores da burguesia americana, incorporar parte da população negra ao mercado de consumo. Tanto é que o governo Kennedy apoia a ação afirmativa em certo momento, não porque ele queria, que fosse antirracista, nada disso, mas porque, naquele momento, interessava ter um setor da população negra como consumidora, a ponto de que hoje você tem, de fato, um mercado consumidor negro que é razoável nos Estados Unidos. Eu conversei com uma diretora de agência de propaganda americana, chamada *Burr Communications*¹¹. Essa agência é especializada em fazer peças publicitárias de produtos para consumidores negros, com contas da Procter & Gamble, da Pepsico, do governo dos Estados Unidos. Eles têm pesquisas sobre o que o consumidor negro americano quer ver para poder consumir, como o McDonald's, e é impressionante. O material que ela faz é muito bonito, bem-feito. Há uma situação muito objetiva ali, mais de 50 anos de ação afirmativa. Com a eleição do Barack Obama, alguns consideram que já acabou, que a pauta da ação afirmativa já deu conta, está resolvida. Então, chegou lá o *color blindness*, não precisa mais, agora é cada um por si, o Estado liberal americano já absorveu a diversidade — e é essa a ideia que estão promovendo. Por isso que hoje, na verdade, a democracia racial brasileira chegou lá agora; a gente exportou para lá. E o que tem se discutido muito, em certos setores do movimento negro norte-americano, é que essa agenda da diversidade lá não é mais suficiente. Então, você vai pegar, por exemplo, aquele livro da Michelle Alexander, *A*

11. BURR COMMUNICATIONS. Disponível em: <https://www.burrcommunications.com/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

Nova Segregação – The New Jim Crow. O que é o novo Jim Crow? O novo Jim Crow, para ela, é uma segregação que é sutil. Ela fala: ao mesmo tempo que o Barack Obama está na presidência, tem a classe média negra americana, tem um encarceramento em massa nos Estados Unidos. A política racial está colocando isso: é uma política racista, embora não seja explicitamente racista como foi a segregação racial na época do Jim Crow. Isso aconteceu lá, então esse é o processo.

C&E: Os estadunidenses consideram que as pautas a favor da diversidade não são mais necessárias porque consideram que atualmente todos(as) estão equiparados(as)? E o que vai valer a partir de agora, a meritocracia?

DO: Exato, já tiveram oportunidades. E tem outro aspecto ali, que é aquela discussão que a Nancy Fraser faz, quando ela fala do neoliberalismo progressista, que manteve a base liberal, mas incorpora certos setores da diversidade, LGBT, negro etc. Ela fala que esse projeto foi pensado pelo capital financeiro norte-americano, capital financeiro que banca, inclusive, o Partido Democrata, e não apenas uma parte. E questiona: qual o problema dessa agenda? É uma agenda que não só não resolve os problemas da população negra, LGBT, de mulheres, como também cria uma situação de tensão com a população trabalhadora branca, que tende a ir para a extrema direita, e a gente viu a eleição do Trump agora, que ganhou no voto popular. Os trabalhadores brancos votaram no Trump, e até alguns trabalhadores negros e imigrantes. Você vai ter até uma incorporação desses setores que, historicamente, estão mais ligados aos democratas para a extrema direita. E isso é um problema. E a Fraser antecipa, nesse texto, que isso aconteceria. No Brasil, é um pouquinho mais complicado pelo seguinte: além das questões que eu já coloquei, históricas, da quantidade e tudo mais, a ação afirmativa no Brasil não surge contra uma política de segregação oficial, ela entra em contraponto a uma política de democracia racial. Essa é a diferença, porque o Brasil viveu todo esse tempo no meio da democracia racial. Então, primeiro, houve uma necessidade de racializar a discussão, porque havia uma negação. Tanto é que o contraponto à ação afirmativa foi: "Não, o Brasil não é racista, todos são iguais, todo mundo pode ir lá e fazer", é isso, essa é a reação. "O Brasil não tem isso, não é assim, é uma coisa dos Estados Unidos", foi essa a reação dos setores contrários às cotas. E isso é bem interessante. Então, o que nós enfrentamos foi a democracia racial, e tivemos que explicar que lá não existe isso, e como é que funciona o racismo no Brasil. Trabalhar com ação afirmativa é, muitas vezes, mais complexo no Brasil, é mais difícil. E o debate que você vai ter contra a ação afirmativa sempre tenta remeter a essa referência norte-americana. O identitarismo, por exemplo — é claro que você pode até encontrar pessoas aqui, do movimento negro, que se guiam por essa cartilha norte-americana identitária — mas é uma parte, não é a maioria. Para mim, isso é uma desonestidade intelectual, política e intelectual, com todo o respeito ao (sociólogo) Jessé de Souza, que

critica o identitarismo como responsável pelas derrotas da esquerda — todo o respeito a ele — mas é desonesto isso, porque não é identitário, não é. Se você pegar, por exemplo, as agendas que o movimento antirracista brasileiro coloca, são agendas de políticas públicas: educação, saúde, nesse sentido. Você pode pegar a maior parte dos deputados e deputadas negros eleitos, é essa a agenda que eles colocam: de melhoria do serviço público, que nunca existiu no Brasil. Então, é falso qualificar o movimento negro como um todo como identitário. Na verdade, o identitarismo está muito mais no branco do que no negro, é o que a gente vê.

C&E: Esse movimento voltado para a diversidade durou muito pouco, sobretudo no Brasil.

DO: É muito interessante, porque, no Brasil, o racismo tem um objetivo muito claro, muito nítido, que é o seguinte: ele serve para você manter um padrão de exploração brutal da mão de obra. Essa é a ideia. Nos Estados Unidos, por exemplo, chegou-se até a discutir a diversidade como paradigma da administração de empresas. Por aqui, nem pensar, está fora de cogitação. Você pega essa discussão da PEC contra a jornada 6×1¹², a reação do pessoal é impressionante: “Não dá, tem que trabalhar, trabalho infantil”. Você tem uma cultura instituída aqui no Brasil de exploração brutal, que é herança escravocrata. Esse é o problema que acontece aqui. O que a gente enfrenta no Brasil é muito mais complicado, muito mais difícil. Então, quando há essas pautas identitárias nas empresas, pontualmente, por pressão violenta, nós já tivemos, e ainda são muito pequenas — e já querem acabar. Não é brincadeira.

C&E: As pessoas reclamam que os cursos e programas de diversidade implantados pelas empresas geralmente são voltados para as minorias, que sentem o preconceito todos os dias na pele. Para essas pessoas, quem precisa aprender, na verdade, são os brancos.

DO: Porque o pessoal não tem responsabilidade quanto a isso. “Não, eu não tenho nada a ver com isso. Não sou culpado”.

C&E: Você declarou que defende que a política de direitos humanos seja feita do ponto de vista de carreira do Estado e não a partir de ações feitas de parceria com o terceiro setor, como tem sido realizado tradicionalmente nos governos anteriores. Você pode explicar um pouco mais a respeito sobre isso? Como seria essa gestão?

DO: Acho que o Estado brasileiro tem que assumir os Direitos Humanos não só como compromisso ético, mas como uma política efetiva, que implicaria, por exemplo, você ter um projeto transversal na segurança pública, na educação, na saúde, tudo isso. Não pode ser uma coisa na caixinha, colocar os Direitos Humanos ali, fechado, essa turma que vai lá para, eventualmente,

12. A PEC do 6×1 é uma proposta pelo fim da jornada de seis dias de trabalho para um dia de descanso. A PEC estabelece jornada de quatro dias por semana e três de descanso.

quando o problema acontece, faz uma intervenção para minimizar danos, ser algo que faça parte dessa lógica. Eu sei que é difícil isso, porque essa cultura da violência está muito arraigada no Brasil, você tem uma dificuldade de pensar em direitos humanos, acha que é direito de bandido, e não é isso. Você tem que pensar em uma relação equilibrada com as pessoas, é isso que a gente defende. O que acontece normalmente é essa questão dos direitos humanos como política do terceiro setor. Primeiro, não é que eu seja contra o terceiro setor, eu tenho muitos senões com isso, porque é projeto neoliberal, e você acaba terceirizando obrigações do Estado. Se o seu governo, que efetivamente tem esse compromisso com os Direitos Humanos, ele tem que assumir como política interna. Então, tem que ser carreira do Estado, tem que ser uma temática que esteja presente em todas as áreas: na área da Saúde, na área da Educação, na área da Segurança Pública, na área da Justiça. Não é algo que está ligado apenas à dimensão punitiva, como alguns pensam. É lógico, presídios, sem dúvida, o aparato policial, mas, por exemplo, é um desrespeito aos Direitos Humanos ter filas de pessoas dormindo no chão na área da saúde, esperando atendimento. Isso é um desrespeito. Você tem, por exemplo, a pessoa que mora em um bairro periférico e tem tiroteio, o cara precisa sair e não dá para sair de casa. Então, pensar os Direitos Humanos como política do Estado é o Estado atuar como ente responsável pela sociedade, para garantir essa situação mais equilibrada para todos.

C&E: Você sempre enfatizou a ética como eixo central do jornalismo. Você considera que o jornalismo feito nos moldes atuais mantém uma postura ética?

DO: Qual é o problema do jornalismo hoje? O jornalismo nasce da ideia de ser o "cão de guarda" ("watch dog"), fiscal do poder. Com o tempo, vai caminhando, tem um processo de mercantilização, mas hoje ele está muito mais parecido com uma instituição que se seduz pelo fascínio de estar no poder, próximo ao poder, às esferas da alta cúpula, muito mais isso do que, necessariamente, como fiscal do poder próximo ao cidadão. Lógico, as empresas jornalísticas são responsáveis por isso também, mas isso está muito ligado a essa crise da democracia. Parece que a gente não acredita na democracia, nesse projeto da modernidade, tem que se reinventar. Isso acontece porque a democracia não pode ser restrita apenas à dimensão formal, à dimensão procedimental. Porque uma pessoa que mora numa periferia, numa favela, por mais que vá votar, a democracia não quer dizer nada. Porque, de que adianta votar de 4 em 4 anos se você continua tendo esgoto a céu aberto, não tem vaga na creche, não tem vaga na escola, violência e tal? Que democracia é essa? Então, a democracia é uma palavra vazia de sentido para a maioria da população brasileira e, por ser vazia de sentido, todas as instituições da democracia também entram em crise, inclusive o jornalismo. Então, o que é o jornalismo de fato? Muitas vezes, fica parecendo um jogo de celebridades

da política, da esfera pública, do que necessariamente esse espaço de diálogo, de tensão das forças políticas, das forças sociais que estão em debate. Esse é o problema: ele virou um espaço de sedução, de estar próximo ao poder. Por isso que o jornalismo que a gente faz na São Remo, que eu estava contando aqui, é muito isso, de amassar barro. E a gente fala assim: “Olha, se você não anda de ônibus, não pega metrô, não vai ao estádio de futebol, não vai ao boteco, você não pode ser jornalista no Brasil, porque a vida está aí”, exemplos muito objetivos. Um exemplo que eu dou no meu livro, que eu falo que fui ao jogo de futebol do Santos com o meu sobrinho: acabou a água do estádio do Santos, na Vila Belmiro, um calor desgraçado, o pessoal pegando sorvete e jogando na cabeça para se refrescar, banheiro horroroso, com cheiro ruim, banheiro sem água e pior ainda. E no dia seguinte, não tinha uma linha no jornal sobre isso. Porque o repórter foi lá, entrevistou o jogador de futebol, aquele papo furado de sempre. O torcedor que vai lá é ausente na reportagem. O torcedor que banca, que compra, que tem a paixão, não existe. Como é que a equipe fornece um serviço desses para o seu torcedor e o jornalista lá, não tem que ser o *watch dog*? Como assim? Por que não foi ver isso, estar lá junto, foi cobrar? Nada, não. Não aparece, é ausente. Por que quem vai para o estádio de futebol? Trabalhador, pessoa pobre que gosta. Então é isso: é ausente, silenciamento. Por conta disso, estamos em crise da democracia. O cara não percebe mais aquilo como um espaço no qual ele possa se ver, ver o canal de reclamação que ele possa ter. Não está, está fora. Então virou meramente um jogo de celebridades, a ponto de que hoje, uma coisa que a gente percebe — quem fala isso é o Venício Lima —, a novela pauta muito mais o debate público do que o jornal. A novela traz debate, racismo, LGBT... A novela traz o debate. É impressionante isso. É uma coisa louca: a novela tem muito mais importância pública do que o jornalismo. E, quando chega nesse ponto, acabou. Que raio é isso? Uma ficção, um personagem de novela acaba sendo o cara que vai ser o canal de expressão das reclamações da população, e não mais o jornalista, o repórter? Acabou, né? Então esse é o problema do jornalismo que temos hoje, não só no Brasil, acho que no mundo todo. Eu acho que o jornalismo é fundamental para a democracia, só que tem que ser reinventado. E a ética é esse compromisso público. A ética não são só os procedimentos formais — ouvir dois lados, aquela coisa toda —, isso o pessoal até faz, mas é o compromisso público. Quando o jornalista não cumpre esse compromisso público, se distancia, ainda que faça os procedimentos formais do código de ética. O que vai acontecer? Você vai ter outras estruturas informativas, que não são jornalísticas, as das *fake news*. E, ainda que elas expressem mentiras, elas têm outros canais de aproximação com esse público que está distante, que acaba as legitimando. As *fake news* têm uma estética parecida com a narrativa jornalística, e elas se disseminam por uma lógica da rede social que é muito interessante, porque é a pessoa que te conhece que manda para você. Então, a validade dela não está na informação em si, está na pessoa que mandou.

Então essa proximidade do interlocutor que manda a informação — é seu tio, seu amigo, namorado e tal —, pelo WhatsApp, acaba dando um valor para aquela informação, mesmo ela sendo falsa. A instituição jornalística, que teria o papel de fazer essa mediação do público com as estruturas de poder, como ela vai se distanciando cada vez mais e não fazendo a leitura correta de quais são os dilemas da sociedade, como é que você vai fazer essa mediação com o público? Ela vai perdendo força. Então não é o problema da internet em si. Essa é uma discussão idiota, porque a audiência da Folha iria para a UOL, da Globo ia para o G1, e não acontece isso. Não está migrando, mudou de plataforma, pronto, beleza, não é esse o problema. Não é isso. A *fake news* está acontecendo porque há um distanciamento. E é essa autocritica que os jornais não querem fazer. Ficam com raiva, falam que o pessoal é burro, que o jeito certo é o deles, acabou e ponto.

REFERÊNCIAS

BURR COMMUNICATIONS. Disponível em: <https://www.burrcommunications.com/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

OLIVEIRA, Dennis de. **Jornalismo e emancipação**: uma prática jornalística baseada em Paulo Freire. Curitiba: Appris, 2017.